



**ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEXTA ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 18.02.2016**

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores do Município de Joinville, Rua Hermann August Lepper, 1100, Saguacú, realizou-se a centésima quinquagésima sexta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes, e solicitou alteração de Pauta para tratar de assuntos relacionados ao município. **A maioria dos conselheiros presentes aprovou a alteração da Pauta do dia**, conforme segue: **1- EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; **1.2** Comunicados e Informes da Secretaria Executiva – 15'; **2-ORDEM DO DIA: 2.1** Informe sobre a Dengue - 5'; **2.2** Prestação de contas referente ao contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Instituto Vida Assistência à Saúde – Equipe Secretaria Municipal de Saúde – 40'; **2.3** Apresentação e aprovação dos Pareceres da Comissão de Assuntos Internos (CAI) – coordenador – 15'; **2.4** Situação da saúde no município (residência médica no Hospital Municipal São José, falta de medicamentos e situação do PA Norte). Em seguida, o secretário-geral do CMS procedeu à leitura dos Informes: **1)** Memorando nº 022/2016/SMS/GAB (Gabinete), recebido em 12.02.2016, encaminhando ofício circular nº 1665/2015/FCJ (Fundação Cultural de Joinville), referente Gestão de Documentos Públicos, com orientações referente ao procedimento a se adotar pelos servidores dos órgão e entidades da PMJ, no que tange à eliminação de documentos; **2)** Ofício nº 03/2016/Diretoria-Geral/IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), recebido em 17.02.2016, indicando como representante titular a senhora Marlete Scremin em substituição à conselheira Joanara Rozane da Fontoura Winters, e como representante suplente a senhora Roni Regina Miquelluzzi em substituição ao conselheiro Raphael Henrique Travia. A Presidente informou que com a saída do conselheiro Raphael, abre vacância para os demais segmentos na Comissão de Assuntos Internos (CAI). Para ocupar a vaga, apresentaram-se os conselheiros Douglas Calheiros Machado e Marlete Scremin, ambos do segmento Governo. **Por maioria de votos, foi aprovada a indicação do conselheiro Douglas para compor a CAI. DELIBERATIVOS 1)** Encaminhamento da apresentação da SMS realizada na assembleia geral extraordinária do CMS do dia 04.02.2016 à Comissão de Assuntos Internos (CAI). **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes; 2)** Encaminhamento das propostas aprovadas na assembleia ampliada do CMS realizada em 17.02.2016 à CAI. **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes; 3)** Correspondência eletrônica do SIOPS (Sistema de Informações Orçamentárias sobre Políticas de Saúde), em resposta à solicitação do CMS, encaminhando demonstrativo da situação do município de Joinville em relação ao SIOPS. A Presidente citou que os dados no Sistema referente ao município estão atualizados, e reforçou que a fiscalização é responsabilidade de todos. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes; 4)** Ofício nº 003/2016/SMS/GAB (Gabinete), recebido em 12.02.2016, informando que devido a reprovação da solicitação de Apostilamento- Alteração de Despesa de Convênio 2014TR001669, torna-se sem efeito a solicitação encaminhada através do MI 142/2015/GGE/CCC (Gerência de Gestão Estratégica) – O referido apostilamento encontra-se em análise da CAI desde o dia 25.01.2016. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes; 5)** Solicitação de ampliação da composição do Grupo de Trabalho para a formulação de



50 Diretrizes e Estratégias como processo de construção do Plano Municipal de Saúde 2018-
2021, atualmete composto por **quatro** conselheiros. Não houve manifestação de
interessados; **6)** Solicitação de representante do CMS no Comitê de Ética em Pesquisa do
Hospital Dona Helena, do segmento dos usuários, em substituição à conselheira Cleia
Aparecida Clemente Giosole, atual representante. Apresentou-se a conselheira Fátima
55 Jorge Baeza. **A indicação foi aprovada pela maioria dos conselheiros presntes; 7)**
Ofício nº 117/2016/Diretoria HMSJ (Hospital Municipal São José), recebido em
11.02.2016, encaminhando fechamento contábil de novembro de 2015. **O**
encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes; 8)
60 Ofício nº 4.200/2016 do CISONORDESTE/SC, encaminhando prestação de contas
referente aos meses de setembro e outubro de 2015. **O encaminhamento à CAI foi**
aprovado pela maioria dos conselheiros presentes; 9) Memorando nº
030/2016/SMS/GAB (Gabinete), recebido em 12.02.2016, referente a Reforma
Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), e informando a composição da
65 nova estrutura da SMS. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos**
conselheiros presentes. 2.1 Senhora Nicoli dos Anjos, coordenadora do Serviço de
Vigilância Ambiental, passou a apresentar o Informe sobre a Dengue, conforme anexo I
desta ata, explicando que será feita a prestação de contas da verba de trezentos mil
Reais (R\$ 300.000,00), conforme solicitado. **Manifestações:** Conselheira Cleia,
70 perguntou se há alguma ação em espaços públicos. Nicoli respondeu que sim,
especialmente nas áreas infestadas, como Itaum, Floresta e Boa Vista, e que além disso,
sempre há contato com as subprefeituras, com solicitações de limpeza desses locais.
Conselheiro Sérgio Duprat questionou se estão sendo atendidas denúncias feitas através
de redes sociais. Conselheiro Mário José Bruckheimer, gerente da Vigilância em Saúde,
falou da importância da conscientização da população, e que enquanto todos não se
75 sentirem responsáveis, com ações em sua residência, não será possível o controle do
mosquito. Falou que os agentes de endemia citam o desânimo quando voltam em lugares
onde foram feitas a primeira visita, e percebem que a situação está ainda pior.
Conselheiro Eliézer Alves da Costa questionou se os bairros onde não existe infestação
não estão sendo vistoriados. Senhora Nicoli respondeu que há armadilhas espalhadas por
80 todo o município, pois é assim que se tem conhecimento do número de focos do vetor. **2.2**
Senhor Andrei Popovski Kolaceke, coordenador de Acompanhamento do Cumprimento de
Decisões e Compomissos Judiciais, e o senhor Fabrício da Rosa, Gerente Administrativo
e Financeiro, passaram a apresentar a prestação de contas do contrato com o Instituto
Vida, conforme anexo II desta ata. **Manifestações:** conselheiro Antonio Coelho falou da
85 importância de o usuário ter acesso à informação, referente ao seu posicionamento na fila
de espera. Citou seu caso pessoal, onde ninguém na Unidade de Saúde sabia informar a
posição em que estava, e ponderou que para o usuário comum, essa informação deveria
ser fácil de obter. Conselheira Liliana Piski Maes cobrou informação referente à
resolutividade, perguntando das consultas realizadas, quantos pacientes tiveram seu
90 problema resolvido. Também, quanto ao novo fluxo proposto pela SMS, em relação ao
atendimento na Unidade Básica realizada com apoio de especialista, perguntou quem
daria essa resposta. Conselheiro Sérgio Duprat falou da importância de os profissionais
da SMS demonstrarem ao usuário que desejam resolver seu problema, dando a ele o
acolhimento devido. A Presidente citou seu caso, em que foi atendida por um profissional
95 do Instituto Vida, realizou exame, e depois não foi mais chamada para consulta de retorno
e, questionou como ficam os casos de pacientes em situação semelhante. Senhor Andrei
reforçou que o contrato com o Instituto Vida não está mais vigente. Senhor Jean
Rodrigues da Silva, diretor executivo da SMS, pontuou que este contrato foi uma situação

emergencial a fim de resolver um problema pontual da época. Citou que anteriormente, os
100 usuários que procuravam as UBS com alguma queixa relacionada a problemas
ortopédicos, eram colocados na fila de espera por uma consulta com ortopedista, sem
nenhum critério específico, sendo que havia uma média de três mil e quinhentos (3.500)
novos encaminhamentos por mês, porém, a média mensal de oferta de consultas com
ortopedista pelo Hospital Municipal São José (HMSJ) é de três mil e cem (3.100).
105 Ponderou que a teleconsultoria tem o objetivo de promover uma qualificação do
encaminhamento. Explicou que o clínico geral da UBS consultará um ortopedista, que lhe
passará orientações necessárias de acordo com o caso do paciente, sendo que esta
orientação deve sair no prazo de setenta e duas (72) horas. Se o paciente não sentir
melhora, ele deverá voltar à UBS, onde então será encaminhado para o sistema online.
110 Disse que com essa nova metodologia, os encaminhamentos para ortopedia diminuíram
para mil e duzentos (1.200) por mês. Porém, reforçou que esse método será aplicado em
novos encaminhamentos, pois os pacientes que já estavam encaminhados ou
aguardando retorno de consulta ou exame, permanecerão aguardando. Disse que a
Regulação para cirurgias eletivas funcionará de acordo com o que se pode ofertar por
115 mês, com médico contratado e leitos específicos para cirurgias eletivas em ortopedia,
evitando que o paciente preparado seja de última hora impedido de fazer a cirurgia por
motivo de alguma emergência em trauma, como acontecia frequentemente. Também
falou que a SMS está programando para os próximos três meses, capacitações com os
agentes administrativos que atendem nas Unidades de Saúde, para que todos sejam
120 capazes de fornecer aos usuários uma informação correta e qualificada, e que os
servidores cumpram seu papel, estando também preparados para proporcionar um bom
acolhimento ao usuário. Em relação aos retornos, disse que os pacientes que passaram
por cirurgia realizada por profissionais do Instituto Vida, e precisam de algum tipo de
revisão, foi feita uma pactuação com o Hospital de Timbó, onde trabalha o Instituto Vida,
125 com cotas mensais e preço de tabela SUS, para que esse paciente consiga ser atendido
pelo mesmo médico. Outros que precisam de retorno estão sendo remanejados para
atendimento dos médicos da Rede. Comentou que o contrato com o Instituto contemplava
consultas e cirurgias, não incluindo exames, causando um entrave, mas disse que essa
questão também está sendo resolvida pela SMS. Falou também que qualquer usuário que
130 deseje informações com respeito à ortopedia, deve procurar a Unidade de Saúde, e que
se mesmo assim não se sentir contemplado, informou que a SMS nos próximos dias
estará disponibilizando um telefone exclusivo para tira-dúvidas em relação à ortopedia. **A**
maioria dos conselheiros presentes aprovou o encaminhamento à CAI. 2.3
Conselheiro Eraldo José Hostin Junior, membro da CAI, passou a apresentar o Parecer
135 da Comissão: **"PARECER Nº 002/2016 Joinville, 15 de fevereiro de 2014**
SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE MODIFICAÇÃO DA LISTA PARA
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO-PA SUL –ITAUM
– CONSIDERANDO A PROPOSTA 08.821000/1130-26-PA-SUL-HABILITADA
ATRAVÉS DA PORTARIA 3.181 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013. Considerando, O
140 **ofício nº 092/2015/Gerência Unidade Serviço de Referência- GUSR-, datado de**
02/12/2015, solicitando autorização deste Conselho Municipal de Saúde, para
modificações na lista de Aquisição de Equipamentos para o Pronto Atendimento -PA Sul-
ITAUM, considerando a proposta 08.821000/1130-26-PA SUL, habilitada através da
Portaria 3.181 de 24 de dezembro de 2013, conforme itens listados abaixo e suas
145 **justificativas: - "retirada do item Amalgamador odontológico devido já haver em boas**
condições na unidade; - retirada do item Aspirador de Secreções Elétrico Móvel devido
solicitação de inclusão de rede de vácuo na planta da unidade durante a reforma; -

150 retirada do Biombo Plumbífero da lista devido a planta contemplar parede com barita, que
substitui o uso deste equipamento; - Retirada dos Itens computador pois os mesmos já
foram adquiridos através de verba própria da Prefeitura Municipal de Joinville; -
155 Substituição do item Mesa de Cabeceira por mesas auxiliares com rodas, que são mais
úteis na Unidade de pronto Atendimento, devido a possibilidade de uso em
procedimentos, apoio de equipamentos e fácil deslocamento dentro da unidade; -
Retirada do item Mesa de Refeitório devido já possuir mesa na unidade em boas
160 condições; - Retirada do item Negatoscópio devido a lista contemplar um aparelho de
Raio-x digital, não sendo necessário tal equipamento para visualização dos exames e a
unidade já possuir um número destes para uso em casos em que o paciente traga o
exame em mãos; - Retirada do item Passa Chassi radiográfico e do item Processadora de
165 Filmes Radiográficos devido a lista contemplar um aparelho de Raio -x digital DR que
não necessita de tais equipamentos para o processamento dos exames; - Substituição do
item Termômetro Infravermelho pelo item Medidor de sinais Vitais, tendo em vista a
especificidade da Classificação de Risco, onde se pretende maior agilidade e precisão
nos dados de avaliação dos pacientes, que é de extrema necessidade para o
170 atendimento com qualidade para a população; - Inclusão do item Otoscópio de parede,
que compreende um módulo que traz o Otoscópio e a lanterna clínica juntos, conectados
ao módulo que carrega os equipamentos através da rede elétrica, evitando o uso de
pilhas, eliminando o furto dos otoscópios e lanternas da unidade, agilizando e
aumentando a qualidade da avaliação clínica aos usuários.” A comissão de Assuntos
175 Internos: diante do exposto, sugere a **aprovação** da autorização para modificações na
lista, conforme itens elencados acima e suas justificativas, viabilizando a funcionalidade
da unidade de saúde.” **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros
presentes.** A Presidente informou aos conselheiros a presença do deputado estadual
senhor Vicente Caropreso e lhe desejou boas vindas. **2.4** A Presidente comentou a
180 notícia veiculada na mídia, referente ao corte de trinta e oito vagas para residência
médica no Hospital Municipal São José (HMSJ), e disse que diante da notícia, a Mesa
Diretora solicitou agendamento de uma reunião com a Direção do Hospital, que foi
mantida mesmo após o anúncio da reversão desta decisão. Para conhecimento de todos,
conselheiro Mário realizou a leitura da ata da citada reunião, conforme segue: **“ATA DA
185 REUNIÃO DA MESA DIRETORA DO CMS, DIRETOR HMSJ E COMISSÕES
REFERENTE À SITUAÇÃO ATUAL DA SAÚDE/RESIDÊNCIA MÉDICA EM 11.02.16**
Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sala do
diretor-presidente do Hospital Municipal São José (HMSJ) Sr. Paulo Manoel de Souza,
sala esta, localizada na Av. Getúlio Vargas, 238 - Anita Garibaldi, realizou-se a reunião
referente à situação atual da Residência Médica do HMSJ. Conselheira Cleia Aparecida
190 Clemente Giosole, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu o início
à reunião informando que o intuito da mesma seria relatar sobre a situação da Residência
Médica e que o CMS ficou surpreso em saber pela mídia, pois a Lei Orgânica do
Município salienta que o CMS deve participar na construção de ações da saúde,
igualmente como salienta a Lei Complementar nº 141, até porque o credenciamento da
195 Residência Médica foi apresentado ao CMS, ou seja, nada se faz sem anuência do
conselho. Mediante ao fato publicizado ontem na mídia, houve uma deliberação que já
era imaginada que aconteceria devido à legislação. Conselheira Cleia fez o convite ao sr.
Paulo, enquanto diretor-presidente do HMSJ, para participar da Assembleia
Extraordinária do dia dezoito de fevereiro/2016, para tratar deste assunto que ainda
voltará ao CMS. A mesma continuou relatando que, ao ler as atas de anos anteriores do
CMS, verificou que, além da prestação de contas, o planejamento do HMSJ passou pelo

CMS, pois estes assuntos são obrigatórios a passar pelo Pleno, de acordo com resoluções específicas. Assim, a conselheira solicitou que o HMSJ desse continuidade ao que as resoluções e a lei determinam, dentre contratos pertinentes ao SUS, verbas do Ministério da Saúde, convênios, mesmo que com o Estado, deve haver conhecimento, anuência e parecer do CMS. Se este não comunicar o que a lei preconiza, também é co-responsável por qualquer ação que vier ao município. Desta forma, a conselheira Cleia solicita atenção à Lei Complementar nº 141 e que, não somente o HMSJ comece a verificar, como também o próprio CMS. Conforme a Lei Orgânica do Município em seus artigos, todos os contratos e convênios da Saúde devem ter o parecer do CMS. Como exemplo, a conselheira Cleia citou a situação do Hospital Municipal São José e que atualmente a taxa de ocupação deste hospital foi a maior, com duzentos e trinta por cento. Sr. Paulo iniciou explicando que durante a greve a taxa de ocupação do hospital, que é calculada em função de números de leitos disponíveis, ficou deficitária devido ao fechamento de 195 leitos, números estes disponíveis no site do hospital, que neste período atingiu de 125 a 130% a mais que a taxa de ocupação média, devido aos pacientes que ficam no pronto-socorro internados, mas o hospital está fazendo o possível para que gire as internações nos leitos para se alcançar uma taxa de ocupação mais próxima da realidade, em torno de 100%. O hospital é penalizado em relação ao Plano Operativo pela taxa de ocupação maior e o plano de gestão entende que se a capacidade do hospital está superior a oferta, é porque não está havendo boa qualidade no atendimento. Sr. Paulo ainda comparou o índice do HMSJ ao do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS), que está muito acima, porém o HRHDS atende somente dentro de sua capacidade de ocupação e encaminha o excedente ao HMSJ. Em relação à Residência Médica, o Sr. Paulo explicou que existem onze serviços de residência e em 2012, na gestão anterior, o HMSJ perdeu a habilitação como Hospital Escola e, desde este ano, está buscando a renovação/reabilitação. Em 2014, houve uma auditoria realizada por uma comissão conjunta entre o MEC e Ministério da Saúde e, segundo o relatório, estava tudo aprovado. Ainda sem o retorno sobre o veredito final da auditoria, foi solicitada a interseção do Senador Luiz Henrique da Silveira para o tema, mas somente em 2015 e, com a desculpa de "mudança de legislação", o hospital não ganhou a reabilitação e deveria buscá-la de acordo com a nova legislação, através de adequação à nova Portaria, para que a comissão conjunta fizesse uma nova visita e assim, fosse aprovada a auditoria e os trâmites finais. Sr. Paulo informou que o HMSJ já está adequado às novas exigências, sem necessidade de construção, com exceção somente de algumas comissões que mudaram a nomenclatura e é necessário emitir Portarias para criar estas comissões na nova formatação para buscar a habilitação e chamar a visita do MEC. Sr. Paulo informou que o hospital ficou apreensivo com a decisão do governo em suspender a residência médica por contenção de despesas e, retomou que, em função da perda da habilitação, o hospital decidiu não parar com a residência médica, incluindo pagar as bolsas aos estudantes no valor de R\$ 2.927,01 reais para cada um. Sr. Paulo explicou que há três níveis de residência: R1 (médico que está iniciando a residência), R2 (segundo ano de residência), R3 (terceiro ano de residência). A partir disso, criou-se um grupo de estudos para tratar do assunto e não somente este, mas também de como fechar as contas do hospital, e foi decidido suspender a residência médica da nova turma dos residentes R1. A decisão foi tomada a partir do governo e da gestão, pois ninguém do hospital fez parte, inclusive ele. Sr. Paulo relata que a decisão foi revertida na noite de dez de fevereiro também pelo governo e gestão, mas a decisão de suspensão acarretou em um período de muito stress devido ao conhecimento do que poderia acontecer diante desta medida, mas, felizmente foi revertido e a "vida volta ao normal". Apesar deste custo

continuar com o hospital, o residente é uma mão-de-obra importante, analisando o custo-benefício. Conselheiro Eliezer questionou a quantidade de residentes e o Sr. Paulo explicou que atualmente são cento e trinta e seis, entre os níveis R1, R2 e R3, e em primeiro de março inicia a nova turma de R1 com cinquenta e seis residentes. Sr. Paulo explicou que, através do Programa Mais Médicos, há o Programa Mais Residentes que abriu para as entidades que tinham residentes para ampliar o número destes ainda que os mesmos recebam a bolsa direto em sua conta bancária, porém trinta e oito residentes são custeados pelo município devido à suspensão da habilitação onde o Governo Federal parou de mandar a verba para não parar o serviço. Conselheira Cleia solicitou mais esclarecimento quanto ao edital de chamamento destes cinquenta e seis residentes R1 e o credenciamento daqueles do Mais Residentes do Governo Federal. Sr. Paulo explicou que há três editais, mas o montante das vagas é para concorrência nos dois Estados do Sul. Conselheiro Osmar questionou quem fez a suspensão da residência médica e a conselheira Cleia e sr. Paulo responderam que foi a comissão através das decisões do governo municipal. Conselheiro Osmar teve dúvida quanto ao custo para o município, mas a conselheira Cleia explicou que, por conta do descredenciamento como hospital escola, desde 2012 o município já vem arcando com o custo e, quatro de fevereiro, mesmo dia da Assembleia Extraordinária do CMS, esta comissão estava reunida e decidiram fazer o corte. Por isso o CMS não ficou sabendo, o mesmo não foi informado, não sendo então omissão deste Conselho, pois só tomou ciência quando todo mundo também tomou pela mídia. O conselheiro Eliezer questionou sobre a não participação da equipe do HMSJ na comissão do governo. Sr. Paulo não soube responder o motivo pela qual o HMSJ não participa da comissão, mas a conselheira Cleia sugeriu que esta pergunta fosse feita na reunião do CMS, onde a Secretária poderia informar. A conselheira também informou que todos os presentes na reunião estão convocados pois será solicitada alteração da pauta e estes questionamentos poderão ser tratados. Sr. Paulo adiantou que a participação na comissão não cabe ao HMSJ decidir, deve haver um convite. Conselheira Liliana solicitou esclarecimento sobre o motivo do cancelamento da habilitação como hospital escola e se há possibilidade de reabilitação. A conselheira Cleia informou que a ata desta reunião será lida no Pleno e em cima desta ata haverá a deliberação, pois o Sr. Paulo já havia explicado este ponto. Conselheiro Orlando relatou sua indignação com as decisões equivocadas que foram tomadas pelo governo dentro do gabinete sem consultar a diretoria do hospital, ou seja, uma autarquia com diretoria que não foi comunicada do que está sendo feito. Conselheira Cleia informou que, referente à Residência foi esclarecido tudo nesta reunião de hoje (11/02/16) e será lido o relato na reunião. Também questionou que dois representantes do CMS fizessem parte do Conselho Gestor, porém não houve retorno no chamamento dos conselheiros e pergunta: - “se não estão acontecendo estas reuniões?” Sr. Paulo informou que não está havendo reunião e ele, como Diretor-Presidente é integrante do Conselho Administrativo do HMSJ e não tem competência de convocar reuniões da comissão de gestão, pois o presidente da comissão é o Vice-Prefeito e solicita que CMS tratasse do assunto através da lei que regula, com o prefeito e vice-prefeito. Conselheira Cleia faz o pedido para que a comissão de hoje se reúna mais uma vez no CMS para verificar informações pertinentes e que sejam levadas ao Pleno do dia dezoito de fevereiro para fazer um relatório. Conselheiro Osmar e Conselheira Cleia questionaram sobre a apresentação ao CMS sobre o credenciamento dos leitos no HMSJ entregues na gestão atual para avaliação e aprovação da prestação de contas. Sr. Paulo explicou que o credenciamento é solicitado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), através do setor de Controle, Avaliação e Auditoria (CAA) e, após a avaliação, se preencheu os requisitos é cadastrado ao



295 *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), assim é de responsabilidade da SMS tramitar ao CMS. Sr. Paulo continuou explanando que o HMSJ, sendo uma autarquia, existe um contrato (Plano Operativo Anual – POA) com a SMS para atendimento, pois é cem por cento Sistema Único de Saúde (SUS). Sr. Paulo relata a vontade que o CMS participe da reunião quadrimestral referente ao POA. Continua*

300 *explicando que o edital para Residência Médica é para preenchimento de 56 vagas, conforme a procura, pois a prova realizada por eles é regionalizada entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul - comum dos dois Estados, onde estes estudantes podem escolher mais de uma unidade. Conselheiro Orlando pediu para que uma cópia desta ata seja enviada ao Sr. Paulo, no intuito do CMS verificar os assuntos que não são de pertinência da diretoria do hospital. Novamente, a Conselheira Cleia convida o sr. Paulo e a sra. Janaina Ferreira Teixeira a participarem da Assembleia Extraordinária do CMS que se realizará no dia dezoito de fevereiro, pois esta ata será lida no Pleno. Sr. Paulo relatou que entende que os conselheiros são multiplicadores de informações e por isso a importância de atentar para as informações corretas e verdadeiras. Sr. Eraldo relatou que o gestor não passa informações para a comunidade que em sua maioria são leigos e hoje as pessoas que estão presentes nesta reunião estão interessadas em auxiliar o gestor do HMSJ. Conselheira Marli informou que houve uma falta de esclarecimento. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada a reunião, às quatorze horas e trinta minutos, da qual eu, Anna Flávia Bittencourt Augusto, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros: Heloísa Walter de Oliveira, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Marli Fleith Sacavem, Orlando Jacob Schneider, Osmar Lopes, Eliezer Alves da Costa, Eraldo José Hostin Junior, Maria Lúcia S. Bueno, Vera Lúcia Batista dos Santos, Paulo Manoel de Souza e Janaina Ferreira Teixeira.”*

310 *Conselheiro Osmar Lopes mencionou a licitação para novos quartos para o HMSJ e questionou porquê não passou pela aprovação do Conselho. Conselheiro Orlando Jacob Schneider demonstrou indignação com o fato de serem tomadas decisões importantes, em gabinete fechado e sem a comunicação devida aos envolvidos. Pontuou que muitas decisões foram tomadas sem o conhecimento do Conselho, e mesmo da Direção do Hospital. A Presidente esclareceu referente ao questionamento do conselheiro Osmar, de que todos os credenciamentos de novos leitos para o HMSJ passavam previamente pela aprovação do CMS, mas na reunião com a Diretoria foi mencionado que foram abertos novos leitos no Hospital, e ao se questionar o Diretor do Hospital se foi feito o credenciamento junto ao Ministério da Saúde (MS) para a vinda de verbas e o porquê de não ter passado pelo Conselho, ele não soube responder. Questionou também sobre o papel que o residente exerce dentro do Hospital, pois disse ter ouvido várias expressões de que “sem os residentes, vai parar o Hospital”, e considerou que se isso é verdade “então onde estão os médicos?” Perguntou ainda como agem os preceptores, se eles dão o suporte necessário e preconizado aos residentes. Reforçou que o CMS deve ser respeitado, e que é amparado pela Lei. Solicitou o encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos (CAI), e que a Comissão verifique esses questionamentos. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** Em seguida, a Presidente dirigiu-se ao Deputado Estadual Vicente Caropreso, pontuando que o município de Joinville necessita de ajuda e de mais atenção por parte do Estado. Em seguida, lhe passou a palavra. O Deputado, que é membro da Comissão de Saúde do Estado, cumprimentou a todos e identificou-se como um ex-residente, pois é médico neurologista. Informou que emitiu uma carta de apelo ao Prefeito quando soube da notícia do corte dos residentes. Teceu elogios ao HMSJ pelo serviço que presta ao País e à*

320

325

330

335

340

ciência médica, por acumular conhecimento referente ao AVC (Acidente Vascular Cerebral), especialidade na qual a Instituição é referência. Ponderou que muitos municípios tem profissionais médicos que foram residentes em Joinville, e hoje aplicam os conhecimentos adquiridos aqui, especialmente no HMSJ, assim, demonstrou sua satisfação ao saber que a Prefeitura havia revogado essa decisão. Expôs sua preocupação com o subfinanciamento do SUS, citando que mesmo a proposta da Emenda Constitucional 29 (EC 29) já seria defasada, pois a EC prevê que os municípios direcionem quinze por cento (15%) de seus recursos para a saúde, porém, segundo ele, a maioria dos municípios gastam mais do que essa porcentagem, sendo que alguns chegam a ultrapassar os trinta por cento (30%). Pontuou ainda que a crise econômica e a consequente queda na arrecadação agrava a situação, além do grande número de pessoas que possuíam planos de saúde e migraram para o SUS, sobrecarregando ainda mais o Sistema. Citou que a primeira Audiência Pública que solicitou para esse ano, foi referente à revisão do teto de pagamentos à Hospitais que tenham abrangência regional, e citou o exemplo do HMSJ que, segundo ele, tem prejuízo de um milhão e duzentos mil Reais (R\$ 1.200.000,00) mensais, pelo que ele realiza acima do teto recebido. A Presidente convidou o Deputado a participar das reuniões do Conselho Estadual de Saúde (CES), onde atua como vice-presidente, pontuando que é muito importante a discussão a nível de Estado. Considerou que devemos ser muito gratos ao SUS, pois as pessoas que não possuem plano de saúde tem pra onde recorrer quando necessitam de atendimento em saúde. Conselheiro Douglas Calheiros Machado propôs que o CMS formalize um pedido direcionado aos deputados da nossa região, para que se sensibilize o Estado a aumentar o piso de investimento em saúde, pois Santa Catarina nunca ultrapassou o mínimo de doze por cento (12%) determinado por Lei. Doutora Tanise Balvedi Damas, Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina (SIMESC), esclareceu que o residente já é um médico formado, com CRM (registro no Conselho Regional de Medicina), e já pode atuar como tal, mas que recebe bolsa para especialização. Quanto aos comentários de se parar o Hospital por conta dos cortes de cinquenta e seis (56) residentes, considerou que os residentes de fato são uma força de trabalho, e que afetaria os atendimentos. Também questionou a Secretária se é possível cancelar um Edital, após já ter sido publicado e a prova realizada. A Presidente passou a palavra à Secretária e solicitou que fossem também prestados esclarecimentos referentes a falta de medicamentos, e demissões de enfermeiros no HMSJ. A Secretária Municipal de Saúde, Doutora Francieli Cristini Schulz, cumprimentou a todos, e lamentou o fato de este assunto não ter sido discutido anteriormente, pois desde de o ano de dois mil e doze (2012) que o HMSJ perdeu seu credenciamento em residência médica, e reconheceu que este é um serviço muito importante. Pontuou que espera que exista um ponto positivo no ocorrido, para que se consiga o apoio dos deputados e do Estado para que o município consiga novamente esse credenciamento junto ao Governo Federal. Falou da situação do município, que não tem perspectivas de conseguir pagar os dezesseis milhões de Reais (R\$ 16.000.000,00) de dívidas que possui, mais oito milhões de Reais (R\$ 8.000.000,00) de dívidas do HMSJ. Exclamou que é um privilégio para Joinville possuir um Hospital Municipal, pois média e alta complexidade são responsabilidade do Estado, e a situação do município chegou a tal ponto porque o Estado não assumiu sua responsabilidade. Disse que Joinville é a cidade que mais investe em saúde, utilizando um total de quarenta por cento (40%) de sua arrecadação de impostos com recursos para saúde, enquanto o Estado gasta apenas doze por cento (12%), *“então, qual é prioridade do Governo do Estado? É saúde? Porque se fosse saúde talvez ele investisse um pouco mais”* desabafou. Considerou que a situação de Joinville ainda é privilegiada em comparação

com outros municípios, citando o exemplo de Camboriú, onde o Hospital vai ser fechado por falta de recursos. Concluiu que alguns cortes são necessários, e existe ainda a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que traz a necessidade de se tomar algumas decisões muito difíceis, porém argumentou: *“Por outro lado eu pergunto a vocês, quando vocês chegam no Hospital São José, vocês gostariam de ser atendidos pelo preceptor, que está sendo pago pelo dinheiro de vocês, ou vocês gostariam de ser atendidos por um estudante? Essa é a pergunta que eu faço pra vocês ... cada um pode a ter sua opinião, eu digo que eu preferia ser atendida pelo médico que eu tô pagando com o meu dinheiro”*. Sugeriu aos conselheiros e membros da comunidade que visitem o HMSJ e verifiquem se os preceptores estão acompanhando os residentes. A Presidente solicitou prorrogação da assembleia em quinze minutos. **A prorrogação foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** A secretária prosseguiu dizendo que em reunião no COSEMS (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde) percebeu-se a mesma fala em todos os secretários municipais de saúde, sendo a falta de recursos por parte do Estado, falta de medicamentos, secretários de municípios pequenos relatando que pessoas batem em suas casas à procura de medicamentos. Reforçou que é necessário uma mudança global para que haja uma solução, pois a situação de Joinville não é única, mas é a mesma sofrida por todos os outros municípios. Em seguida, passou a prestar esclarecimentos referentes às demissões no HMSJ. Informou que não houve nenhuma demissão, porém, houve contratos vencidos que não foram renovados, pois como o município está no limite prudencial de gasto com folha de pagamento, não é possível fazer mais nenhuma contratação. Porém, considerou que esses funcionários já foram contratados com o conhecimento de que o período de contratação seria limitado. Deputado Caropreso informou a todos que a Comissão de Saúde do Estado já deu encaminhamentos a duas propostas: uma delas é uma proposta de Emenda Constitucional que obrigue o Estado de Santa Catarina a direcionar o mínimo de quinze por cento (15%) de seus recursos para a saúde, e outra de uma Emenda Constitucional que obrigue a União a direcionar o mínimo de dez por cento (10%) de seus recursos para a saúde. Após, o Deputado agradeceu a todos e retirou-se da assembleia. Conselheira Neide Luzia Poffo pontuou que os residentes estão hoje justamente preenchendo a lacuna deixada pelos preceptores, e acrescentou que a ausência do preceptor é uma queixa recorrente entre os residentes. Conselheiro Eraldo José Hostin Junior lembrou que é responsabilidade da gestão, tanto do município quanto do próprio Hospital, cobrar que o preceptor se faça presente no atendimento do residente. Conselheira Fatima Jorge Baeza expressou que o residente é um profissional, que possui o CRM, e que deve ser respeitado e valorizado, pois não apenas no HMSJ, mas em qualquer hospital que seja de grande porte, é o residente quem faz a maioria dos atendimentos. O Diretor do HMSJ, senhor Paulo Manoel de Souza, cumprimentou a todos e concordou que o residente é um profissional muito importante e que deve ser valorizado. Doutora Tanise considerou que já foi residente e hoje é preceptora. Afirmou que cumpre sua carga horária, e que supervisiona os atendimentos dos residentes, sendo que se consegue atender mais pacientes com a presença dos residentes. Expressou que mesmo sabendo que existam colegas que não cumprem estes requisitos, procura fazer sua parte, ao que foi aplaudida pelos presentes. Teceu elogios ao município na questão de medicamentos, dizendo que apesar de existir a falta de medicamentos, Joinville fornece muitos medicamentos que nenhum outro município fornece, porém, pontuou que é também necessário o médico para prescrever o medicamento. Conselheiro Douglas sugeriu que se abra discussão específica quanto às especialidades em que Joinville necessita de residência, e sugeriu ainda que se discuta a importância da implantação de residência em “medicina da família e comunidade”.

Conselheira Liliana apoiou a fala do conselheiro Douglas, e defendeu a importância da residência para a formação e qualificação do médico, assim como a iniciativa privada exige experiência de seus profissionais. Propôs que o CMS elabore uma Resolução para referendar a importância da residência médica no HMSJ. Propôs também uma Resolução de apoio ao aumento do gasto mínimo com saúde por parte do Estado dos atuais doze por cento (12%) para quinze por cento (15%). A Presidente sugeriu o encaminhamento da proposta à CAI para a elaboração do texto para a Resolução sugerida. **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** A Presidente solicitou também aprovação de uma Resolução para que permaneçam os serviços de odontologia nos Prontos Atendimentos no município e, que quando necessário alguma mudança no serviço, que se faça uma reunião ampliada do CMS com a comunidade para discussão. **A Proposta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada a centésima quinquagésima sexagésima assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros: **Mário José Bruckheimer, Douglas Calheiros Machado, Alice Regina Strehl Torres, Marina Gonçalves Mendonça, Iara Lúcia Pereira, Henrique L. Deckmann, Neide Luzia Poffo, Marlete Scremin, Sirlei Margarida Mascarin, Heloísa Walter de Oliveira, Mauren da Silva Salin, Aline Teixeira Macedo, Elisa Ana Garcia, Alexandra Marlene Hansen, Antônia Maria Grigol, Liliana Piscki Maes, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Antonio Coelho, Maria Marlene Schatzmann, Analucia Ferreira Pinto Olah, Juarez Ladislau da Silva, Silmara Richter, Fátima Jorge Baeza, Gentil Coradelli, Sérgio Duprat, Marcos Antônio de Souza, Carmen Dalfovo Kohler, Marli Fleith Sacavem, Arlindo Pedro Lessenko, Orlando Jacob Schneider, Francisca do Nascimento Schardeng, Osmar Lopes, Eliezer Alves da Costa, Eraldo José Hostin Junior**, três representantes de Conselhos Locais de Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Vigilância em Saúde, do HMSJ, da Ação Social, do COMDI, do SINDMETAL, do SINSEJ, do IFSC, da PMJ, do PA Norte, da ALESC e da CVJ.